

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.725 - SC (2020/0066408-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES
RECORRENTE : ZEN S.A. INDUSTRIA METALURGICA
ADVOGADO : SILVIO LUIZ DE COSTA E OUTRO(S) - SC005218
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

DESPACHO

Vistos etc,

O inciso IV do art. 46-A do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça estabelece que cabe à Comissão Gestora de Precedentes o desenvolvimento de trabalho de inteligência, em conjunto com os tribunais regionais federais e tribunais de justiça, a fim de identificar matérias com "potencial de repetitividade ou com relevante questão de direito, de grande repercussão social, aptas a serem submetidas ao Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos”.

A atividade executada pela Presidência da Comissão de despachar, antes da distribuição, em recursos indicados pelos tribunais de origem como representativo da controvérsia (inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299/2017) permite, mesmo que por amostragem, a identificação de matérias relevantes ou com potencial de repetitividade ainda no momento do recebimento do processo no STJ. Esse trabalho de identificação pode colaborar com a atividade de seleção de dois ou mais recursos aptos para afetação ao rito dos repetitivos pelo relator no Superior Tribunal de Justiça, conforme dispõe o § 5º do art. 1.036 do Código de Processo Civil.

Dessa maneira, observo que o presente recurso especial, admitido pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, veicula controvérsia jurídica de expressivo potencial de multiplicidade, que ainda não possui a manifestação desta Corte à luz dos precedentes qualificados, a qual pode ser assim resumida: **legitimidade passiva do Fundo Nacional de**

Desenvolvimento da Educação - FNDE em ações que discutem a contribuição social do salário-educação.

Com efeito, a temática alusiva à legitimidade do FNDE foi objeto de análise pelo Centro Local de Inteligência da Seção Judiciária do Paraná que, por meio da Nota Técnica n. 1, de 10 de outubro de 2019, destacou possível divergência de entendimento perante a Justiça Federal e o Superior Tribunal de Justiça, sugerindo que a questão fosse submetida a esta Corte para possível afetação do tema ao rito qualificado dos recursos repetitivos.

Esclareço, contudo, que a identificação de multiplicidade recursal visa, dentro das competências regimentais da Comissão Gestora de Precedentes, complementar o importante trabalho de seleção de recursos representativos da controvérsia, executado pelos presidentes e vice-presidentes dos tribunais de justiça e tribunais regionais federais, não vinculando, de forma alguma, o relator sorteado, que é o competente para analisar o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do recurso e a sua conveniência de submeter a questão ao Plenário Virtual para possível afetação da matéria ao rito dos repetitivos.

Ante o exposto, com fundamento no inciso II do art. 256-B do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299/2017, **encaminhem-se** os autos ao Ministério Público Federal para que, no prazo de 15 dias, se manifeste a respeito da admissibilidade deste recurso especial como representativo da controvérsia, com a informação de que **foram destacados três processos** para tramitar nessa condição no STJ: Recursos Especiais n. 1.867.725/RS, 1.861.479/MT e 1.862.536/SP.

Intimem-se as partes recorrente e recorrida para que, se entenderem pertinente, apresentem, em prazo comum ao do Ministério Público Federal, manifestações escritas sobre a possível seleção deste recurso como representativo da controvérsia, candidato à afetação ao rito dos repetitivos.

Junte-se aos autos a Nota Técnica n. 1, de 10 de outubro de 2019, do Centro Local de Inteligência da Seção Judiciária do Paraná.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017